



Anais da Assembléia

A V U L S O S

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1.981.

ANO VII

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

— O Parágrafo Único do Art. 74 da Constituição do Estado do Paraná passa a ter a seguinte redação:

“Art. 74

I —

II —

III —

Parágrafo único. No caso do item III o prazo é reduzido:

- a) a trinta anos para as mulheres;
- b) a trinta anos, para o professor, e a vinte e cinco anos, para a professora, que nesse tempo tenham exercido efetivamente funções próprias do magistério.

— O inciso I do Art. 75 da Constituição do Estado será acrescido da letra c:

“Art. 75

a)

b)

c) contar trinta anos, se professor, e vinte e cinco anos, se professora, observado o que

dispõe a letra b do Parágrafo único do Artigo anterior.

JUSTIFICATIVA:

A aprovação pelo Congresso Nacional da emenda constitucional que assegura aposentadoria ao professor aos trinta e à professora aos vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções do magistério, com vencimentos integrais, exige a adaptação da constituição do Estado do Paraná ao novo preceito da Lei Maior. É o que fazemos, para permitir a mais rápida aplicação dos justos benefícios legais à classe dos professores, merecedora das nossas homenagens pelo relevante papel que desempenha na sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

Apoiamento:

ERONDY SILVÉRIO, MÁRIO CELSO, JOSÉ TAVARES, WALDYR PUGLIESI, LÁZARO DUMONT, JOÃO MANSUR, EDILSON ALENCAR, NILSO SGUAREZI, GERNOTE KIRINUS, DENI SCHWARTZ, NELTON FRIEDRICH, ANTÔNIO FACCI, DARCY DEITOS, TADEU LÚCIO MACHADO, TÉRCIO ALBUQUERQUE, JOSÉ DOMINGOS, PALÁCIOS, GABRIEL SAMPAIO, LINEU TURRA, FIORI LUIZ, AUGUSTO CARNEIRO e ROSÁRIO PITELLI.

PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A Constituição do Estado do Paraná fica acrescida de mais um artigo, com a seguinte redação:

“Art. 158 — É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social econômica especialmente mediante:

I — educação especial e gratuita;

II — assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social;

III — proibição de discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;

IV — possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.”

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.981.

a) Gabriel Sampaio.

APOIAMENTO:

Paulo Camargo, Palácios, José Domingos, Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Romero Filho, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, David Cheriegate, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Adalberto Daros, Edilson Alencar, Tércio Albuquerque, Carlos Zanlorenzi, Luiz Alberto Oliveira e Jurandir Messias.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda n.º 12 à Constituição Federal, promulgada em 17 de outubro de 1978, procurou assegurar aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica.

Nada mais justo, portanto, que neste Ano Internacional do Deficiente Físico, assim instituído pela O.N.U., o texto de nossa Constituição Estadual seja adaptado à Carta Magna Federal, a fim de que idênticas garantias sejam asseguradas àqueles que necessitam de proteção do Governo.